

DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS MUNICIPAIS EM MINAS GERAIS

Geraldo Majela Moraes Salvio¹

Jaime Luciano²

Rodrigo Carlos Luciano³

EIXO TEMÁTICO: Recursos Naturais / Resultado de Pesquisa

Resumo

Áreas Naturais Protegidas (ANP), sobretudo municipais, geralmente são criadas sem critérios claros. O trabalho teve por objetivo identificar as ANP municipais de Minas Gerais, realizando uma análise espaço-temporal. Identificou-se 267 ANP municipais, sendo 84 de Proteção Integral, 181 de Uso Sustentável e 2 Áreas de Proteção Especial (APE), protegendo aproximadamente 3,74% do território mineiro, sendo 3,7% APA. O trabalho registrou um alto grau de vulnerabilidade de proteção no estado fundamentado em UC pouco restritivas.

Palavras Chave: Unidade de Conservação; Parque Nacional; Área de Proteção Ambiental.

INTRODUÇÃO

Em Minas Gerais, a preocupação com a conservação da natureza iniciou-se na década de 1930 e se concretizou com a instituição do Parque Florestal do Rio Doce, em 1944. A década de 1970 foi especial para o estado, quando foram criados importantes parques nacionais e estaduais, mas foram nos anos 80 e 90 que o número de UC e a superfície protegida tiveram acréscimo expressivo. Em 1996 existiam 67 ANP que cobriam 2,12% do território. Destas, 41 eram de Proteção Integral (PI), que correspondiam a 0,58% da superfície (CAMARGOS; LANNA, 1996). Em 1998 o estado contava com 122 UC, cobrindo 3,22% do território, sendo 34 de PI.

O Século XX terminou com a promulgação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Em 2001 existiam em MG cerca de 6 milhões de hectares em UC, sendo 30% municipais, a maioria Áreas de Proteção Ambiental (APA). Foi entre 2001 e 2002 que o estado apresentou o maior período de crescimento de ANP municipais, impulsionado pelas APA, reflexo da lei que estabeleceu novos critérios para o repasse do ICMS Ecológico (OLIVEIRA et al., 2012).

Rolla e Oliveira (2012) apontaram, em MG, até 2011, 157 UC de PI e 249 de Uso Sustentável (US), protegendo respectivamente área de 1.148.251 ha e 4.178.932 ha. Os dados mostraram ainda que a maior parte da área protegida, 4.083.077 ha eram APA. Minas Gerais

¹ Grupo de Pesquisa em Planejamento e Gestão de Áreas Naturais Protegidas (GAP/IFSudesteMG), geraldo.majela@ifsudestemg.edu.br

² Grupo de Pesquisa em Planejamento e Gestão de Áreas Naturais Protegidas (GAP/IFSudesteMG), jaime.luciano@grupobrasilverde.org.br

³ Grupo de Pesquisa em Planejamento e Gestão de Áreas Naturais Protegidas (GAP/IFSudesteMG), rodrigo@grupobrasilverde.org.br

destaca-se na proteção da Mata Atlântica, com 56% da área de UC municipais, sobretudo APA (SOS MATA ATLÂNTICA, 2017).

METODOLOGIA

Para atingir o objetivo proposto, realizou-se um censo das ANP em MG entre 2013 e 2017 a partir de três estratégias: (a) envio de correspondência às prefeituras do estado solicitando informações sobre ANP existentes nos municípios; (b) pesquisas em *sites* oficiais das prefeituras e outras instituições; e (c) publicações na área.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Identificou-se no estado 267 ANP municipais, distribuídas da seguinte forma: 175 APA, 62 Parques Municipais, 21 Reservas Biológicas, 1 Estação Ecológica, 1 Área de Relevante Interesse Ecológico, 1 Floresta Municipal, 4 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) e 2 APE. Tais áreas estão em 24% dos municípios e em 11 mesorregiões. Cobrem 3,74% do estado, sendo 3,72% de US. A maioria, 67, concentra-se na Zona da Mata Mineira, mas, em extensão, a maior área protegida está no Vale do Rio Doce. Considerando-se as de PI destaca-se a Região Metropolitana de BH com 7.357,67 ha. Nota-se que 55,19% das ANP municipais estão concentradas em três mesorregiões: Zona da Mata, Metropolitana de BH e Vale do Rio Doce. Porém, considerando-se as áreas de PI, 80,28% dessas estão concentradas nas mesorregiões de BH, Norte e Sul Sudoeste. A região menos protegida é o triângulo mineiro. Clare, Gonçalves e Medeiros (2009) identificaram que o estado do Rio de Janeiro concentra suas ANP municipais na região de forte pressão antrópica e alto PIB, o que também foi verificado em MG. Os dados apresentados mostram que os municípios mineiros contribuem com aproximadamente 35% da área protegida do estado, sendo a maioria APA.

Foi entre 1996 e 2005 que houve um crescimento significativo de UC municipais, representando 99,19% das atuais, o que ocorreu após a instituição do ICMS Ecológico. Porém, ainda que os valores repassados e a quantidade de municípios beneficiados continuem crescendo (FERNANDES et al., 2011), o número de UC criadas caiu drasticamente, conforme evidenciado no período de 2006 a 2017.

Registrou-se dificuldade administrativa e financeira nos municípios para implantarem e gerirem UC, tornando a preservação no plano municipal vulnerável a flutuações políticas. A presença de uma estrutura administrativa executiva vinculada ao meio ambiente pode ser consequência de uma sociedade atuante, articulada e envolvida com a conservação, favorecendo a implantação de ANP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ANP municipais protegem 3,74% do território mineiro, sendo 3,7% APA. As mesorregiões onde essas são mais comuns caracterizam-se por utilizarem pouco seus recursos naturais. Notou-se uma tendência de concentração de áreas de PI em regiões de maior PIB e com economia diversificada. Apesar de conquistas importantes, continuamos com deficiências no planejamento e gestão das UC, sobretudo na esfera municipal. É notório o desconhecimento do assunto por parte dos gestores públicos municipais, que ignoram os benefícios das ANP. Embora o ICMS Ecológico seja considerado responsável pela

multiplicação dessas áreas na esfera municipal, não ampliou significativamente as áreas de PI, dando apenas ilusão de aumento da conservação estimulando a multiplicação de APA.

REFERÊNCIAS

CAMARGOS, R. M. F.; LANNA, M. T. Cadastro das áreas naturais protegidas em Minas Gerais. **Geonomos**, Belo Horizonte, v. 4 n. 2, p. 55-67, 1996.

CLARE, V. N.; GONÇALVES, I. I.; MEDEIROS, R. Ocorrência e distribuição de unidades de conservação municipais no Estado do Rio de Janeiro. **Floresta e Ambiente**, Seropédica, v. 16, n. 1, p. 11-22, 2009.

FERNANDES, L. L. et al. Compensação e incentivo à proteção ambiental: o caso do ICMS Ecológico em Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 49, n. 3, p. 521-544, 2011.

OLIVEIRA, V. S. et al. Diagnóstico e análise da gestão das áreas de proteção ambiental em Minas Gerais. In: LIMA, G. S. et al. (Org.). **Gestão, pesquisa e conservação em áreas protegidas**. Viçosa, MG: UFV, 2012. p. 101-117.

ROLLA, S. R.; OLIVEIRA. Unidades de conservação em Minas Gerais e contribuição do cenário atual para as metas de conservação da biodiversidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 7. 2012, Natal. **Anais...** Natal, 2012. 1 CD-ROM

SOS MATA ATLÂNTICA. **Unidades de Conservação Municipais da Mata Atlântica**. São Paulo. Fundação SOS Mata Atlântica. 2017. 104p.